

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 919.110 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : **UNIÃO**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**
RECDO.(A/S) : **ANTONIO DIAS GONÇALVES**
ADV.(A/S) : **JOSE DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA**

DECISÃO:

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal, assim ementado:

**“TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA
SOBRE PAGAMENTOS DE VALORES EM ATRASO.
REGIME DE COMPETÊNCIA. PRECEDENTE DO STJ.
PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SENTENÇA
PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO
PARCIALMENTE PROVIDO.”**

O recurso busca fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação aos arts. 5º, XXXV e LV; e 93, IX, todos da Carta. Sustenta, em síntese, que **(i)** deve ser declarado nulo o acórdão recorrido, por ofensa ao princípio da motivação das decisões judiciais e da inafastabilidade do poder judiciário e **(ii)** deve ser considerado constitucional o art. 12 da Lei 7.713/1988.

A pretensão não merece acolhida. O acórdão recorrido dirimiu a controvérsia dos autos no mesmo sentido do que ficara decidido pelo Plenário da Corte no julgamento do RE 614.406/RS, Rel. Min. Marco Aurélio. Na oportunidade, o Supremo Tribunal Federal assentou que o Imposto de Renda deve ser apurado sob o regime de competência na hipótese de percepção acumulada de proventos, o que impede a aplicação da alíquota máxima que incidiria na espécie caso a base considerada fosse todo o montante recebido de uma única vez. Confira-se, a propósito, a ementa da decisão:

RE 919110 / DF

“IMPOSTO DE RENDA – PERCEPÇÃO CUMULATIVA DE VALORES – ALÍQUOTA. A percepção cumulativa de valores há de ser considerada, para efeito de fixação de alíquotas, presentes, individualmente, os exercícios envolvidos.”

Diante do exposto, com base no art. 557 do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator